

PARTIDARISMO E LEGADO DEMOCRÁTICO NA AMÉRICA LATINA

Gabriel Ávila Casalecchi

Pesquisador Visitante da Universidade Federal de São Carlos

Bolsista FAPESP

Éder Rodrigo Gimenes

Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Participação Política

Universidade Estadual de Maringá

Trabalho preparado para apresentação no 41º Encontro Anual da ANPOCS
Seminário Temático 05 “Comportamento, opinião pública e cultura política”

Caxambu, 23 a 27 de outubro de 2017

PARTIDARISMO E LEGADO DEMOCRÁTICO NA AMÉRICA LATINA

Gabriel Ávila Casalecchi (UFSCar)

Éder Rodrigo Gimenes (UEM)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A identificação dos eleitores com os partidos políticos é um tema central para a democracia representativa moderna e uma peça chave na compreensão do seu funcionamento e estabilidade. Por essa razão, uma enorme quantidade de pesquisas teve como objetivo explorar seus principais determinantes, discriminando que condições favorecem ou não a formação de laços afetivos entre os eleitores e os seus partidos (MAINWARING; SCULLY, 1995; MAINWARING, 2001; GREEN; PALMQUIST; SCHICKLER, 2002; DALTON; McALLISTER; WATTENBERG, 2003; WEISBERG; GREENE, 2004; DALTON; WELDON, 2007; MAINWARING; ZOCO, 2007; DALTON, 2007, 2013, 2014; PAYNE, 2007; RODRÍGUEZ, 2013; LUPU, 2015).

Entre democracias consolidadas, é recorrente o diagnóstico de afastamento dos eleitores com relação aos partidos, de modo que a literatura tem tratado de potenciais efeitos, positivos e negativos, do desalinhamento partidário ao funcionamento dos regimes (NORRIS, 1999; PUTNAM, 2002; DALTON; McALLISTER; WATTENBERG, 2003; DALTON; FARRELL; McALLISTER, 2011). Já entre novas democracias, os estudos têm se dedicado tanto à identificação de preditores do partidarismo quanto da discussão sobre a possibilidade de tratar do fenômeno do desalinhamento partidário. Em se tratando especificamente da América Latina, a maior parte das pesquisas privilegiaram o estudo dos efeitos exercidos por variáveis de nível individual, de natureza sociodemográfica (como o sexo, idade, raça e região de moradia), socioeconômica e referentes a recursos (escolaridade e renda) e atitudinais (como interesse por política e posicionamento ideológico, por exemplo) (SELIGSON; BOOTH; GÓMEZ, 2006; LUPO, 2015; GIMENES, BORBA, CARREIRÃO e RIBEIRO, 2015).

Mais recentemente, no entanto, algumas contribuições têm demonstrado a importância dos fatores contextuais. Nesse sentido, após verificar a pertinência de realização de testes multiníveis, Gimenes (2015) testou modelos hierárquicos com indicadores relacionados aos sistemas político, eleitoral, partidário e ainda características

sociais e econômicas nacionais. A despeito da relevância de tais aspectos, a quantidade de anos de funcionamento ininterrupto da democracia foi a variável estrutural com impacto significativo sobre o enraizamento dos partidos junto ao eleitorado na região.

Tendo em vista que a medida de “anos de democracia” é de caráter quantitativo e não capta a qualidade dos regimes em funcionamento, a presente pesquisa pretende avançar no debate ao incorporar em sua análise o conceito de “legado democrático”, o qual considera a experiência acumulada com relação ao regime não apenas sob a perspectiva quantitativa, mas também quanto à qualidade de seu funcionamento.

Ao estudar os efeitos do legado democrático sobre as atitudes políticas dos latino-americanos, Casalecchi (2016) argumentou que a qualidade e o tempo de funcionamento das instituições democráticas, de forma conjunta, constituiriam elemento importante na socialização de atitudes mais favoráveis ao regime. Por meio de modelos hierárquicos, o autor demonstrou que indivíduos que vivem em países com maior legado democrático têm mais chances de aderir ao regime, bem como apoiar alguns dos seus princípios centrais, como a participação política e a tolerância política.

Tomando como base os estudos de Gimenes (2015) e Casalecchi (2016), nossa hipótese é de que o legado democrático dos países latino-americanos também seja um fator importante para explicar a identificação com os partidos políticos. Mais especificamente, nossa hipótese é que quanto maior o legado democrático de um país, maiores as chances de que os seus cidadãos desenvolvam atitudes de identificação partidária. A explicação é que ao viverem sob democracias ininterruptas e estáveis, as regras do regime são internalizadas, tornando-se presentes nos hábitos e práticas do cidadão. Em outras palavras, acreditamos que, ao incorporar tanto o tempo quanto a qualidade da democracia, o conceito de legado democrático pode ser frutífero para entender como e porque os eleitores criam laços de identificação com o regime político.

Diante do exposto, o presente artigo é composto, além desta seção introdutória, por outras cinco partes. Na próxima seção, discorremos sobre os preditores do partidarismo na América Latina, por meio da exposição do balanço de trabalhos e resultados pertinentes à temática. A seguir, discutimos o conceito de legado democrático, o índice que mensura tal indicador e resultados relacionados à sua incorporação a estudos sobre comportamento político. A quarta seção trata dos dados, hipóteses e metodologia de pesquisa empregados. Por fim, os resultados de nossa investigação são apresentados e

discutidos na quinta seção, enquanto a última diz respeito às considerações finais sobre a relação entre partidarismo e legado democrático na América Latina.

PREDITORES DO PARTIDARISMO NA AMÉRICA LATINA

A maior parte dos estudos sobre a relação dos eleitores com os partidos políticos na América Latina trata de casos nacionais (GIMENES, 2017), de modo que ainda é pequeno o conjunto de investigações referentes a conjuntos de países da região. Nesse sentido, destacamos as contribuições de Mainwaring (2001) e Payne (2007) acerca da utilização da identificação partidária como indicador de institucionalização dos sistemas partidários na região, a explanação de Moreno (2015) sobre como a intensidade do sentimento por partidos influencia comportamentos e atitudes políticos e as discussões de Lupu (2015), Borba, Gimenes e Ribeiro (2015), Gimenes *et al* (2015) e Gimenes (2015) sobre os determinantes do partidarismo na América Latina.

Quanto a última referência, trata-se de tese de doutoramento na qual o autor se debruçou sobre o quadro teórico que trata da temática do partidarismo tanto entre democracias consolidadas quanto entre unidades nacionais onde o regime ainda encontra-se em processo de consolidação, de modo que, para além da elaboração de um modelo de classificação de tais relações e de reflexões sobre a relevância e impacto da mobilização cognitiva sobre o desenvolvimento da democracia na região, a obra contempla modelos de regressão que buscaram verificar, em dois pontos no tempo (2008 e 2014) os efeitos de variáveis sociais, atitudinais e estruturais sobre o partidarismo.

O estudo de Gimenes (2015) mapeou os preditores testados em pesquisas anteriores para a América Latina, bem como testou novas hipóteses ao incorporar distintas variáveis ao debate. Os modelos foram construídos em três etapas: a primeira consistiu na verificação dos efeitos de preditores individuais sobre o partidarismo (sexo, faixa etária, etnia, área de residência, escolaridade, interesse por política, eficácia política subjetiva, extremismo ideológico e avaliação de governo); a segunda etapa consistiu na incorporação de características referentes à engenharia institucional que rege os regimes democráticos na região (crescimento do Produto Interno Bruto [PIB] *per capita*, fragmentação partidária e obrigatoriedade do voto); e a terceira se deu pela inclusão da variável “idade da democracia”, representativa do acúmulo de anos de persistência do funcionamento do regime em cada país, considerando sua última transição de regime.

De modo geral, os efeitos das variáveis foram mantidos após a inserção daquelas estruturais, o que permite inferir que se trata de modelos robustos. Considerando que a discussão sobre os efeitos dos preditores encontra-se em Gimenes (2015), destacamos neste artigo suas principais conclusões: [1] a cultura política dos indivíduos é mais relevante do que características sociais, à exceção de idade, para determinação do estabelecimento de laços partidários, [2] os indicadores relacionados à engenharia institucional deixaram de surtir efeito ao longo do período e, em alguma medida em diálogo com a conclusão anterior, [3] o tempo de funcionamento ininterrupto da democracia é explicativo da existência de partidarismo na América Latina (GIMENES, 2015), resultado apontado por autores como Converse (1969) e Rico (2010) em seus estudos sobre eleitorados dos Estados Unidos e de países europeus.

Em suma, esses achados corroboram a literatura relacionada às democracias consolidadas tanto com relação à importância de atributos decorrentes da cultura política quanto no que tange aos indicadores temporais, em nível individual (idade – faixa etária, nos modelos acima) e de contexto (idade da democracia). Acreditamos, no entanto, que esse último resultado – o efeito da idade da democracia – mereça uma qualificação, tendo em vista achados recentes da literatura sobre o comportamento político de que não só o tempo importa, mas também a qualidade da democracia. As atitudes políticas são, em parte, aprendidas via socialização primária, mas, por outro lado, também conformadas pela própria interação entre indivíduos e instituições. Nesse sentido, pode-se dizer que a qualidade dessa experiência é fator fundamental na construção dessas atitudes. Os estudos empíricos têm dado respaldo a essa visão, demonstrando que a qualidade da democracia exerce efeito positivo em atitudes políticas, notadamente a adesão à democracia, a satisfação com o funcionamento do regime e a confiança nas instituições (MISHLER; ROSE, 2007; MAGALHÃES, 2013; FUKS; CASALECCHI, 2016).

Diante desses resultados, nossa proposta nesse trabalho é que, para além do tempo de democracia, a qualidade dos regimes democráticos também seria capaz de influenciar o relacionamento dos eleitores com os partidos políticos na América Latina. Em outras palavras, dada a pertinência de considerarmos a quantidade de democracia ao partidarismo na região, é preciso identificar se a qualidade do regime também importa. Nesse sentido, o legado democrático se apresenta como indicador pertinente ao intento destes autores, conforme explanado nas seções seguintes deste artigo.

LEGADO DEMOCRÁTICO NA AMÉRICA LATINA

Ao estudar os regimes políticos da América Latina, Pérez-Liñán e Mainwaring (2013) sugerem o termo “legado” para designar o efeito de uma experiência anterior sobre desdobramentos posteriores em um regime. Ainda que não sistematizem essa discussão, a ideia central dos autores é de que os regimes políticos produzem consequências que são acumuladas e, posteriormente, utilizadas como “ponto de partida” para experiências seguintes. Gerring *et al* (2011, p. 101) resumem perfeitamente esse fenômeno ao dizer que “os regimes políticos não começam a cada novo calendário do ano. Onde um está hoje depende criticamente de onde esteve antes”¹.

No caso específico das democracias, podemos pensar, conseqüentemente, em um “legado democrático”, considerando que, ao perdurar em determinado país, o regime imprime um acúmulo de experiências no decorrer do tempo. Essa definição preliminar, apesar de ainda muito simples, ajuda a discriminar de maneira mais clara dois polos fundamentais do legado democrático: o “tempo” e a “experiência”.

Ao estudarem a formação das instituições políticas e dos padrões de interação social dos indivíduos no interior dessas instituições, Berger e Luckmann (1985) argumentam que somente após um conjunto significativo de práticas reiteradas – que demanda o fator tempo – é que as normas e regras do novo arcabouço institucional são transformadas em rotinas e hábitos, deixando de serem realizadas apenas por força da coerção ou do esforço, para serem reproduzidas de forma espontânea e a baixo custo: “qualquer ação frequentemente repetida torna-se moldada em um padrão, que pode em seguida ser reproduzido com economia de esforço e que, *ipso facto*, é aprendido pelo executante como tal padrão” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 77).

Rustow (1970) também ressalta a importância do tempo ao tratar das transições políticas. Ao especificar as diferentes fases das transições, ele defende que os regimes políticos, e a democracia especialmente, passam por um período de habituação, no qual os cidadãos aprendem a lidar com as novas regras do jogo: “com a sua prática básica de

¹Tradução livre de: “Regimes do not begin again with each calendar year. Where one is today depends critically upon where one has been”.

debate multilateral, a democracia em particular envolve um processo de tentativa e erro, uma experiência de aprendizagem conjunta”² (RUSTOW, 1970, p. 358).

Embora não tratam desse tema de forma sistemática, estudos mais recentes confirmam a importância do tempo no processo mais amplo de formação das atitudes políticas. Booth e Seligson (2009), por exemplo, ressaltam que a experiência democrática constitui um processo de aprendizado no qual, com o tempo, as pessoas passam a entender melhor o novo arcabouço institucional, suas normas e regras. Além disso, com a experiência democrática, os cidadãos adquirem um parâmetro de avaliação desse modelo político, podendo compará-lo, por exemplo, com o regime autoritário. Salinas e Booth (2011) vão um pouco além, enquadrando os anos de democracia como um processo de “aculturação” mais amplo, em que os cidadãos são socializados em meio a essa nova cultura institucional, internalizando suas normas, regras e estrutura.

Mas não é só isso que importa. Tão relevante quanto o tempo é a experiência efetiva que nele se desdobra. Essas experiências, somadas ao tempo em que são praticadas, constituem a substância do legado, ou seja, imprimem a sua marca na história das nações e dos cidadãos. Em seu estudo sobre a legitimidade política, Torcal (2008, p. 170) defendeu que a formação de atitudes de apoio ao sistema político não depende somente do tempo das instituições, mas também da sua qualidade. A experiência com eleições não garante, necessariamente, um “aprendizado pró-democrático”.

Mais importante do que “sucessivas eleições” seriam as práticas de inclusão, deliberação e de *accountability*, uma vez que um regime pode esconder sob o “véu da democracia” um conjunto de práticas de manipulação, fraude, corrupção e outras ações prejudiciais que, ao contrário de atitudes pró-democráticas, podem resultar na desconfiança ou, ainda mais gravemente, numa condição de “desencanto” com a política:

O que importa é o tempo gasto em uma democracia que não seja dominada por instituições ou práticas que desafiem de forma sistemática ou põem em cheque as instituições básicas da representação política e que produza desmobilização política e exclusão (TORCAL, 2008, p. 170).

Portanto, o conceito de legado democrático tem dois vetores essenciais: o tempo e a experiência (ou a qualidade da experiência). Trazendo a reflexão para o campo das atitudes políticas, podemos reproduzir as palavras de Valenzuela (1992) que, embora

²Tradução livre de: “*With its basic practice of multilateral debate, democracy in particular involves a process of trial and error, a joint learning experience*”.

abordasse mais o âmbito das elites e das transições políticas, soube expressar a importância das experiências prévias sobre as decisões e atitudes políticas:

As pessoas não tomam decisões no vácuo das presentes condições e circunstâncias. É altamente provável que a experiência passada se torne parte da memória política e cultural nacional. [...] A longevidade das democracias (ou ditaduras), portanto, modifica a transmissão diacrônica de valores e práticas democráticas em termos de recursos humanos, mas também, de forma mais ampla, no que diz respeito à memória histórica ao nível das massas [...]. Obviamente que a transmissão depende da natureza e intensidade destas experiências³ (VALENZUELA, 1992, p. 274).

Acreditamos que esse mesmo raciocínio seja válido para a formação de atitudes ligadas às preferências partidárias. Os laços estabelecidos entre os indivíduos e os partidos depende, em alguma medida, do contexto no qual esses partidos estabelecem a sua dinâmica entre si e com os eleitores. Nossa hipótese é que países com maior legado democrático proporcionam um contexto no qual os partidos têm mais tempo para se enraizar na sociedade e no qual os princípios democráticos são exercidos com maior qualidade, favorecendo a formação da identificação partidária.

Ainda que o contexto latino-americano seja permeado por distintas combinações entre sistemas político, eleitoral e partidário e que as maneiras como os eleitores se relacionam com os partidos políticos e com a participação de modo geral também sejam múltiplas, investigamos neste artigo a dimensão estrutural do legado democrático como fator explicativo do partidarismo na região. Nesse sentido, nossa expectativa é de que nossos resultados coadunem os efeitos individuais anteriormente verificados por Gimenes (2015) e que a utilização da medida de legado democrático qualifique de maneira mais precisa a relação entre persistência e qualidade do regime democrático como preditora da existência de laços partidários na região.

DADOS, VARIÁVEIS E METODOLOGIA

³Tradução livre de “People do not make decisions in a vacuum of the present conditions and circumstances. It is highly likely that past experience becomes part of national political and cultural memory. [...] the longevity of democracies (or dictatorship) therefore modifies the diachronic transmission of democratic values and practice in terms of human resources but also, more broadly, with respect to historical memory at the masses’ level [...] Obviously that transmission depends on the nature and intensity of these experiences”.

Como destacado anteriormente, nosso objetivo geral é compreender os determinantes do partidarismo na América Latina, enfatizando neste artigo, de forma mais específica, os efeitos do legado democrático sobre essa atitude política. Para testar essa relação empiricamente, utilizamos o banco de dados Barômetro das Américas (BA) de 2014, desenvolvido pelo *Latin American Public Opinion Project* (LAPOP). De forma geral, são realizadas cerca de 1500 entrevistas em cada país a partir de amostras probabilísticas estratificadas em múltiplas etapas, considerando as principais regiões, o tamanho do município, as áreas urbanas e rural e cotas no nível domiciliar. Esse desenho garante amostras nacionais representativas de adultos com idade para votar, com margens de erro de aproximadamente 2,5% em um intervalo de confiança de 95%.

Em nossa pesquisa utilizamos dados relativos a 22 países da América Latina, quais sejam: México, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Equador, Bolívia, Peru, Paraguai, Chile, Uruguai, Brasil, Venezuela, Argentina, República Dominicana, Guiana, Haiti, Jamaica e Belize.

Nossa variável dependente é o partidarismo na América Latina. Para tanto, consideramos a questão referente à manifestação de simpatia por algum partido político, à qual os indivíduos respondiam apenas afirmativa ou negativamente. Tendo em vista que nosso escopo, diferentemente de Gimenes *et al* (2016) por exemplo, não é verificar diferenças no interior deste grupo, mas identificar os preditores dos laços partidários, concentramos nossa análise sobre essa variável nesse artigo.

Quanto as variáveis independentes, em estudo anterior foram produzidos modelos de regressão com variáveis individuais relacionadas a aspectos sociais e atitudinais dos indivíduos (GIMENES, 2015), os quais nos permitem considerar, no presente artigo, tais variáveis como controles – sexo, faixa etária, mobilização cognitiva, eficácia política subjetiva, avaliação de governo e extremismo ideológico – a fim de testar o efeito explicativo do indicador que, de fato, se apresenta inovador à discussão sobre o partidarismo e que, salvo pesquisas muito recentes e por nós desconhecida, ainda não foi incorporado ao debate nessa área: o legado democrático.

Para medir o legado democrático, utilizamos as medidas de democracia propostas por Coppedge e equipe: o *V-Dem*. O projeto parte de uma visão multidimensional da democracia e seu escopo compreende que “é necessária a construção de indicadores abrangentes das diferentes dimensões do regime democrático, permitindo aos pesquisadores e interessados enfocar suas análises nas dimensões mais apropriadas para

seus objetivos e referenciais teóricos” (COPPEDGE *et al*, 2011, p. 248). Nesse sentido, o *V-Dem* não se limita a apenas um, mas oferece cinco indicadores de democracia, sendo que cada um foi elaborado a partir dos pressupostos de diferentes dimensões do regime: eleitoral, liberal, participativa, deliberativa e, por último, a igualitária.

Para nossa pesquisa, no entanto, partiremos de uma visão mais restrita de democracia, utilizando apenas os três primeiros indicadores – eleitoral, liberal e participativo. Não queremos assumir com isso que as outras duas dimensões – deliberativa e igualitária – não sejam importantes. Entretanto, no âmbito da literatura da teoria democrática tais dimensões são mais contestadas como elementos necessários à democracia (SARTORI, 1994; DAHL, 1997; PRZEWORSKI *et al*, 2000; BOBBIO, 2006). Dessa forma, optamos por manter apenas as dimensões que, de forma mais consensual na literatura, representam os pilares do regime democrático.

Tendo em vista nossos propósitos, acreditamos que o *V-Dem* seja adequado para a construção do índice de legado democrático: [1] o indicador oferece, de maneira clara e objetiva, medidas relativas às diferentes facetas da democracia, o que possibilita aos pesquisadores a opção de utilizar aquelas mais condizentes com seus próprios propósitos e objetivos; [2] dispõe de excelente abrangência espacial, de modo, com relação ao nosso escopo, inclui todos os países da América Latina; e [3] tem abrangência temporal, pois há dados disponíveis para praticamente todo o século XX e XXI.

Em termos operacionais, adotamos os mesmos procedimentos utilizados por Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) para a construção do indicador do legado democrático. Conforme definido, com base nesses autores, o legado democrático é o “acúmulo da experiência democrática de um país ao longo dos anos”, sendo que para quantificar esse “acúmulo” os autores partiram de uma operação relativamente simples: a soma do índice de qualidade de democracia no período entre 1945 até 2010. Em nossa pesquisa, partiremos do mesmo princípio, porém com diferenças que acreditamos ser relevantes.

Em primeiro lugar, no sentido longitudinal, consideraremos um período maior, de 1900 até 2015. No *V-Dem*, o índice de qualidade da democracia varia de 0 a 1, o que significa que, em um exemplo hipotético, um país que tenha a pontuação máxima de democracia em todos os anos terá um valor de 115 pontos no índice de legado democrático – a soma do valor 1 (máximo) para todos os anos (1900 até 2015).

Antes de construirmos o índice final de legado democrático, realizamos uma operação. Corroboramos o argumento de Gerring *et al* (2011) de que nem todos os anos

têm o mesmo peso sobre os acontecimentos do presente, de modo que, apesar de concordarmos que o acúmulo das experiências no tempo seja fundamental, não consideramos que os acontecimentos do ano de 1900 tenham exatamente a mesma relevância do que aqueles ocorridos no ano 2000 para explicar as atitudes democráticas de hoje. De fato, parece mais sensato, como sugere a pesquisa do mencionado conjunto de autores, que a experiência democrática mais recente tenha peso maior do que as experiências passadas. Tendo isso em mente, e seguindo procedimento adotado por esses autores, o último passo para a construção do legado será a atribuição de uma “taxa de depreciação” de 0,005% ao ano, contada a partir do ano 2000. Isso significa que de 2000 até 2015 os valores do índice de legado democrático serão considerados integralmente. Entretanto, de 1999 até 1900, será descontado um percentual de 0,005% no valor do índice para cada ano. Dessa forma, quanto mais antiga for a experiência, menor será o valor da qualidade da democracia para aquele ano. Em suma, quanto mais distante o ano, menor será seu peso para a composição do índice de legado democrático, embora ele ainda continue a contribuir para seu resultado final.

Para dar maior robustez a análise, além dos atributos individuais e da medida de legado democrático, incluímos ainda o PIB *per capita*, como indicador de desenvolvimento econômico e medida de controle estrutural com relação às distintas unidades nacionais incluídas em nosso modelo.

Devido à natureza binária da nossa variável dependente e a mobilização de variáveis independentes de nível individual e contextual, o modelo estatístico utilizado é o hierárquico logístico (RAUDENBUSH; BRYK, 2002), assim como por Gimenes (2015), em discussão que precedeu esta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado do modelo para partidarismo encontra-se abaixo. Em primeiro lugar, destacamos a relevância das variáveis individuais testadas, uma vez que, à exceção de sexo, todas se revelaram importantes preditoras do partidarismo. Ainda que não seja nossa preocupação central, destacamos inicialmente considerações acerca dos efeitos das variáveis individuais sobre o partidarismo, cujos efeitos se manifestaram no mesmo sentido verificado anteriormente por Gimenes (2015).

Tabela 1 - Preditores do partidarismo na América Latina (2014)

	Razão de chance	Erro padrão
Intercepto	0,002***	0,288
Sexo	1,103	0,052
Faixa etária	1,368***	0,028
Mobilização cognitiva	1,441***	0,021
Eficácia política subjetiva	1,245***	0,044
Avaliação de governo	1,336***	0,062
Extremismo ideológico	1,808***	0,076
Legado democrático	1,039***	0,008
PIB per capita	1,027***	0,003

Fonte: LAPOP (2014); CEPAL (2017); V-Dem (2017).

Em se tratando de faixa etária, a expectativa teórica parte do princípio de Converse (1969) de que esta é uma variável central ao processo de socialização política, especialmente relacionada ao acúmulo de experiência eleitoral, sendo que, no contexto da discussão em torno do afastamento dos jovens com relação à política e aos assuntos públicos (PUTNAM, 2002; WATTENBERG, 2003; CARLIN, 2011; BLAIS; RUBENSON, 2012) e da interpretação de que eleitores com maior idade estejam mais próximos dos partidos do que aqueles mais jovens (RICO, 2010; LUPU, 2015; MORENO, 2015), nosso resultado aponta que cada elevação de faixa etária (trabalhamos com 4 faixas) contribui em 36,8% para o aumento do partidarismo entre os latino-americanos. Isso significa que o argumento do acúmulo da experiência eleitoral surte efeito para a região, ainda que caiba a ressalva de que, com o passar do tempo e a socialização de novas gerações é possível que se perca a diferenciação entre democracia (regime para o qual os partidos são instituições centrais) e outras formas de governo, o que minimizaria a aproximação com os partidos (RICO, 2010).

Quanto à mobilização cognitiva, Dalton (2013) estabeleceu uma medida que computa adicionalmente os efeitos de interesse por política e dos níveis de escolarização como recurso determinante à estruturação da relação que os eleitores estabelecem com partidos políticos, a qual foi testada para países latino-americanos por Borba, Gimenes e Ribeiro (2015), Gimenes (2015) e Gimenes e Borba (2017). Nosso resultado aponta

efeito expressivo, uma vez que a ponto galgado na escala (de 7 pontos) de mobilização cognitiva contribui em 44,1% para a existência de laços partidários pelos eleitores.

As demais variáveis estão relacionadas ao sentimento de capacidade de influenciar a política (eficácia política), a maneira como o governo federal é avaliado e o posicionamento nos pontos extremos do espectro ideológico, sendo que seus resultados apontam que atitudes políticas influenciam o partidarismo também de maneira positiva, assim como verificado anteriormente tanto para eficácia política subjetiva (ALMOND; VERBA, 1989 [1963]; INGLEHART, 1988; PUTNAM, 1996; RIBEIRO, 2011; DALTON, 2013) quanto para avaliação de governo (CORRAL, 2010; LISI, 2014; MORENO, 2015) e extremismo ideológico (LUPU, 2015).

Para o indicador econômico incluído em nosso modelo, dado pelo PIB per capita, verificamos efeitos significativos, o que destoa de resultados anteriores para a América Latina (como em Gimenes, 2015), o que é indicativo de que a medida de legado democrático pode contribuir em melhor medida para a identificação de preditores do partidarismo, já que a expectativa é de que condições materiais objetivas estejam relacionadas à maneira como os indivíduos se relacionam com a política e, no caso do nosso modelo, verificamos que conforme se eleva o PIB *per capita* nacional tende a aumentar também o percentual de simpáticos a partidos políticos.

Por fim, o legado democrático, nossa principal variável de interesse nesse estudo, mostra um efeito significativo e bastante relevante sobre o partidarismo na América Latina. O aumento de uma unidade do indicador de legado democrático aumenta em 4% as chances de partidarismo. Considerando que o legado democrático pode variar de 25 (menor legado) até 65 (maior legado), a pontuação máxima do legado democrático pode elevar em até 156% as chances dos indivíduos de manifestarem alguma simpatia partidária.

E importante destacar que esse efeito global do legado democrático se mostra mais relevante do que somente os anos de democracia, conforme identificado anteriormente por Gimenes (2015), pois, quando o tempo de democracia é considerado conjuntamente com a qualidade do regime, na forma de um legado democrático, o seu efeito sobre o partidarismo se torna ainda mais robusto. Esse resultado corrobora com os estudos mais recentes que têm argumentado que tempo e qualidade da democracia são condições contextuais importantes na formação das atitudes políticas (CASALECCHI, 2016). Entretanto, enquanto os estudos anteriores estiveram mais focados na formação

das atitudes democráticas, nosso estudo revelou que esse contexto também é importante na formação do partidarismo. Países com democracias mais longevas e que funcionam com qualidade, isto é, exercendo os princípios democráticos ligados à democracia eleitoral, liberal e participativa, proporcionam contextos favoráveis ao fortalecimento dos laços entre eleitores e partidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi unificar duas agendas de pesquisa recentes na ciência política latino-americana: os determinantes do partidarismo e o efeito do legado democrático sobre as atitudes políticas. Estudos anteriores sobre esses temas, em separado, haviam demonstrado, por um lado, que os anos de democracia constituem um importante preditor do partidarismo na região (GIMENES, 2015) e, por outro lado, que o legado democrático exerce um efeito relevante sobre atitudes políticas (CASALECCHI, 2016). Nossa proposta, nesse sentido, foi estabelecer um diálogo entre tais temáticas, de modo a testar em que medida o legado democrático, como um indicador que combina o tempo e a qualidade da democracia, seria um preditor ainda mais relevante do partidarismo do que os anos de persistência da democracia desde a instauração mais recente de tal regime.

Os resultados demonstram que, de fato, o legado democrático se mostra uma variável relevante à explicação do partidarismo mesmo quando outras condições individuais e contextuais são mantidas constantes, o que expusemos ao contemplar em nosso modelo variáveis de natureza social e atitudinal (no nível dos eleitores) e o indicador de natureza econômica (PIB *per capita*). Nesse sentido, quanto maior o legado democrático, maior é a chance de que um cidadão manifeste simpatia partidária.

Acreditamos que esse resultado contribua com a literatura da área, uma vez que estabelece uma relação entre essas variáveis, até então pouco ou praticamente não utilizadas. Contudo, é importante considerar alguns limites da nossa análise, principalmente em termos de comparação com os estudos desenvolvidos entre democracias consolidadas. O primeiro deles diz respeito à nossa variável dependente, que, à rigor, refere-se à “simpatia partidária” e não à “identificação partidária”. Essa é uma diferença importante, pois o segundo termo reflete uma atitude mais forte que o

primeiro. Seria importante, nesse sentido, desenvolver estudos semelhantes que utilizem outras variáveis dependentes a fim de confirmar ou não a importância do legado.

Outro ponto que não foi abordado nesse estudo, mas que pode ser desenvolvido futuramente, é a diferença entre novas e velhas democracias. Como apontamos em nosso balanço de literatura, os estudos empíricos nas democracias mais consolidadas têm demonstrado uma queda sistemática no partidarismo. Esse resultado aparentemente contradiz o que encontramos em nosso estudo, uma vez que o tempo e a qualidade da democracia são características associadas às democracias consolidadas. Acreditamos, no entanto, que essa relação deva ser contextualizada no sentido de que o efeito do legado democrático tende a ser mais importante nas novas democracias, onde as instituições políticas foram reconstruídas em um recente, e de certa maneira permanente, processo de instabilidade econômica e política, como é o caso da América Latina, onde os partidos são importantes instituições à estruturação do sistema político. A partir do momento em que essas democracias se consolidem, como nos casos estadunidense e de países europeus, esse efeito tende a diminuir, por todas as razões já listadas na literatura (DALTON, 2013). Tal discussão não foi o foco deste artigo, mas constitui nossa agenda de estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture*: political attitudes and democracy in five nations. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1963.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção da realidade social*: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BLAIS; A.; RUBENSON, D. The source of turnout decline: new values or new contexts? *Comparative Political Studies*, v. 46, n. 1, 2012. p. 95-117.

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. 6º Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOOTH, John. e SELIGSON, Mitchell. *The legitimacy puzzle*: democracy and political support in eight Latin American nations. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2009.

BORBA, J; GIMENES, E. R.; RIBEIRO, E. A. Os determinantes do ativismo partidário na América Latina. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, n. 5, 2015. p. 13-47.

CARLIN, Ryan. e SINGER, Matthew. Support for polyarchy in the Americas.

Comparative Political Studies, v. 44, n. 11, p. 1500-1526, 2011.

CASALECCHI, G. A. O legado democrático e as atitudes democráticas: efeitos diretos, indiretos e condicionados. 2016. 199 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

CONVERSE, P. Of time and partisan stability. *Comparative Political Studies*, n. 2, 1969. p. 139-171.

CORRAL, M. Partidos políticos y representación en América Latina. *Perspectivas desde el barómetro de las Américas*, n; 36, 2010.

DALTON, R. J. 2014. Independents and American elections. In: HERSHEY, M. (Ed.). *CQ Guide to Political Parties*. Washington, DC: CQ. p. 262-270.

DALTON, R. J. 2013. *The apartisan American*: dealignment and changing electoral politics. Washington, DC: Sage.

DALTON, R. J. 2007. Partisan mobilization, cognitive mobilization and the changing American electorate. *Electoral Studies*, n. 26, p 274-286.

DALTON, R. J.; McALLISTER, I.; WATTENBERG, M. P. 2003. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. *Revista Análise Social*, v. 38, n. 167, p. 295-320.

DALTON, R. J.; FARRELL, D.; McALLISTER, I. 2001. *Political parties and democratic linkage*. Oxford: Oxford University.

DALTON, R.; WELDON, S. 2007. Partisanship and party system institutionalization. *Party Politics*, v. 12, n. 2. p. 179-196.

GERRING, John; THACKER, Strom; ALFARO, Rodrigo. Democracy and Human Development. *The Journal of Politics*, v. 74, n. 1, p. 1-17, 2011.

GIMENES, E. R. *Eleitores e partidos políticos na América Latina*. Curitiba: Appris, 2017.

GIMENES, E. R. **A relação dos eleitores com partidos políticos em novas democracias**: partidatismo na América Latina. 2015. 240 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

GIMENES, E. R.; BORBA, J. Mobilização cognitiva e perfis eleitorais na América Latina. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, 2017 (no prelo).

GIMENES, E. R.; BORBA, J.; CARREIRÃO, Y. de S.; RIBEIRO, E. A. Determinantes individuais e de contexto da simpatia partidária na América Latina. In: Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 39.,

2015, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2015.

GIMENES, E. R.; FURRIEL, W.; BORBA, J.; RIBEIRO, E. Partidarismo no Brasil: Análise longitudinal dos condicionantes da identificação partidária (2002-2014). **Revista Debates**, v. 10, n. 2, 2016. p. 121-148.

GREEN, D.; PALMQUIST, B.; SCHICKLER, E. 2002. *Partisan hearts & minds*. Political parties and the social identities of voters. New Heaven: Yale University.

INGLEHART, R. The renaissance of political culture. *American Political Science Review*, v. 82, n. 4, p. 1203-1230, 1988.

LISI, M. The sources of mass partisanship in newer democracies: Social identities or performance evaluations? Southern Europe in comparative perspective. *International Political Science Review*, v. 35, n. 5, 2014. p. 505-522.

LUPU, N. *Partisanship in Latin America*. In: CARLIN, R. E.; SINGER, M. M.; ZECHMEISTER, E. J. (Eds.). *The Latin American voter: pursuing representation and accountability in challenging contexts*. Ann Arbor: Michigan University. p. 226-245.

MAGALHÃES, Pedro. Government effectiveness and support for democracy. *European Journal of Political Research*, v. 53, n. 1, p. 77-97, 2014.

MAINWARING, S. P.; SCULLY, T. 1995. *Building democratic institutions*: party systems in Latin America. Stanford: Stanford University.

MAINWARING, S. P. 2001. *Sistemas partidários em novas democracias*: o caso do Brasil. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/Fundação Getúlio Vargas.

MAINWARING, S.; ZOCO, E. 2007. Political sequences and the stabilization of interparty competition. *Party Politics*, v. 12, n. 2. p. 155-178.

MISHLER, William; ROSE, Richard. Generation. Age and Time: The Dynamics of Political Learning during Russia's transformation. *American Journal of Political Science*, v. 51, n. 4, p. 822-834. 2007.

MORENO, A. Partidarismo e ideologia nos eleitorados latino-americanos. In: TELLES, H.; LAVAREDA, A. (Orgs.). *Voto e estratégia de comunicação política na América Latina*. Curitiba: Appris, 2015. p. 41-59.

NORRIS, P. 1999. *Critical citizens*: global support for democratic governance. Oxford: Oxford University.

PAYNE, J. M. 2007. Party systems and democratic governability. In: PAYNE, J. M.; ZOVATTO G. D.; DÍAZ, M. M.; ZAVALA, A. A.; CARRILLO-FLÓREZ, F.; ECHEBARRÍA, K.; FREIDENBERG, F.; IARQUÍN, E. *Democracies in development*. Politics and reform in Latin America. Washington, D. C.: Inter-American Development

Bank/International Institute for Democracy and Electoral Assistance/David Rockefeller Center for Latin American Studies/Harvard University. p. 149-177.

PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal; MAINWARING, Scott. Regime legacies and levels of democracy: Evidence from Latin America. *Comparative Politics*, v. 45, n. 4, p. 379-397, 2013.

PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Mike; CHEIBUB José Antônio; LIMONGI, Fernando. *Democracy and development: political institutions and well-being in the World, 1950-1990*. New York: Cambridge University Press, 2000.

PUTNAM, Robert. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993.

PUTNAM, R. D. 2002. *Solo en la bolera*. Colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana. Barcelona: Galaxia Gutenberg.

RAUDENBUSH, S.W.; BRYK, A.S. Hierarchical linear models. Applications and data analysis methods. New York: Sage, 2002.

RIBEIRO, E. A. *Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil*. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011.

RICO, G. 2010. La formación de identidades partidistas en Europa: más allá de la teoría de Converse. In: TORCAL, M. (Ed.). *La ciudadanía europea en el siglo XXI*. Estudio comparado de sus actitudes, opinión pública y comportamiento políticos. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas. p. 143-174.

RODRÍGUEZ, L. M. R. 2013. Oferta partidária e comportamento eleitoral na América Latina. In: TELLES, H.; MORENO, A. (Orgs.). *Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina: o eleitor latino-americano*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. p. 25-52.

RUSTOW, Dankwart. Transitions to Democracy: toward a dynamic model. *Comparative politics*, v. 2, n. 3, p. 337-363, 1970.

SALINAS, Eduardo; BOOTH, John. Micro-social and Contextual Sources of Democratic Attitudes in Latin America. *Journal of Politics in Latin America* 3, 1: 29-64, 2011

SARTORI, Giovanni. *The Theory of Democracy Revisited*. Chatham, NJ, Chatham House., 1987.

SELIGSON, M. A.; BOOTH, J. A. GÓMEZ, M. 2006. Os contornos da cidadania crítica: explorando a legitimidade democrática. *Revista Opinião Pública, Campinas*, v. 12, n. 1, p. 1-37.

TORCAL, Mariano. El origen y la evolución del apoyo a la democracia en España. La construcción del apoyo incondicional en las nuevas democracias. *Revista Española de Ciencia Política*, v. 18, p. 26-65, 2008.

VALENZUELA, Samuel. Democratic Consolidation in Post-Transitional Settings: Notion, Process, and Facilitating Conditions.” In: (Org.) MAINWARING, Scott; O’DONNELL Guillermo; VALENZUELA, Samuel. *Issues in Democratic Consolidation*, p. 57-104. Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 1992.

WEISBERG, H.; GREENE, S. 2003. The Political Psychology of party identification. In: MACKUEN, M.; RABINOWITZ, G. (Eds.). *Electoral democracy*. Ann Arbor, MI: University of Michigan. p. 83-124.